



Universidade de Brasília

**FACULDADE UnB PLANALTINA
CIÊNCIAS NATURAIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E
ALIMENTAÇÃO NA EJA:
UM ESTUDO DE CASO**

AUTORA: PÂMELLA RODRIGUES BRAGA

ORIENTADOR: PROF. DR. FRANCO DE SALLES PORTO

Brasília, 2024



Universidade de Brasília

**FACULDADE UnB PLANALTINA
CIÊNCIAS NATURAIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E
ALIMENTAÇÃO NA EJA:
UM ESTUDO DE CASO**

AUTORA: PÂMELLA RODRIGUES BRAGA

ORIENTADOR: PROF. Dr. FRANCO DE SALLES PORTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Licenciado do Curso de Ciências Naturais, da Faculdade UnB Planaltina, sob a orientação do Prof. Dr. Franco de Salles Porto.

Brasília, 2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha Mel, que me ensinou que amor é muito mais que reações químicas; é focinho, rabo, corpo alongado e passeios gostosos depois de dias cansativos.

AGRADECIMENTOS

A mim, pela coragem, força de vontade, persistência, amor-próprio e teimosia em nunca desistir do que foi colocado em meu caminho;

À minha Mel, que me dá motivos para querer todos os dias ser ou alcançar minha melhor versão;

A todas as pessoas especiais que o Universo colocou em minha vida para que a viagem até aqui fosse mais agradável;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Franco, pela orientação dedicada, paciência e estima com meu trabalho.

Dedico este trabalho a vocês em retribuição a todo amor que me foi dado durante essa jornada, e desejo que este agradecimento seja eterno em minhas memórias e na escrita.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar as políticas públicas de alimentação na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Inicialmente, a pesquisa tinha como foco a identificação de situações de insegurança alimentar entre os discentes da EJA, mas ao longo do desenvolvimento, a abordagem se concentrou em compreender as políticas públicas de alimentação na modalidade. A EJA enfrenta desafios particulares devido à diversidade de seus estudantes e à falta de atenção específica das políticas públicas em comparação com a educação regular. Através de uma abordagem qualitativa, a pesquisa analisou como as políticas de alimentação são implementadas na prática, envolvendo entrevistas com merendeiras, coordenadores e estudantes da EJA. A análise buscou avaliar a efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e se os direitos básicos previstos na Constituição Federal de 1988 são garantidos aos estudantes da modalidade. Deste modo, os dados da pesquisa demonstraram a importância da merenda escolar para os/as estudantes da modalidade com 100% de respostas favoráveis demonstrando a eficácia e êxito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no ano da pesquisa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas públicas; Alimentação escolar; Insegurança alimentar; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Abstract

This study aims to investigate public food policies Adult Education (AE) in Brazil. Initially, the research focused on identifying food insecurity situations among AE students, but throughout the development, the approach shifted to understanding public food policies in the modality. AE faces particular challenges due to the diversity of its students and the lack of specific attention from public policies compared to regular education. Through a qualitative approach, the research will analyze how food policies are implemented in practice, involving interviews with cafeteria workers, coordinators, and AE students. The analysis seeks to evaluate the effectiveness of the Brazil's National School Feeding Program (PNAE) and whether the basic rights provided for in the Brazil's Federal Constitution of 1988 are being guaranteed to students in the modality. The research data demonstrated the importance of school meals for Brazil's AE students, with approximately 100% favorable responses, and showed that the National School Feeding Program (PNAE) is successfully implemented in Brazil's schools.

Keywords: Adult Education; Public policies; School feeding; Food insecurity; Brazil's National School Feeding Program (PNAE).

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como ponto de partida uma preocupação inicial: investigar se há situações de insegurança alimentar e como ela se dá entre discentes da EJA. Com o desenvolvimento das leituras o foco foi mudando de uma perspectiva que assumia a insegurança alimentar como questionamento central para outra que busca compreender as políticas públicas de alimentação na EJA. Investigar tal temática nesta modalidade de ensino se justifica pois entende-se que esses sujeitos estão expostos a cenários e realidades de vida diversas, às condições de exclusão social e educacional e, muitas vezes, são discriminados, não-humanizados e impedidos de realizarem o exercício da sua cidadania fortalecendo a ligação existente entre contexto social e educacional (Sá; Silva, 2021). Nesse sentido, se fez necessário entender não apenas o contexto histórico da modalidade, como compreender também como as políticas públicas são desenvolvidas quando se pensa nesse público.

A modalidade de Educação para Jovens e Adultos – EJA é historicamente desassistida de políticas públicas específicas se comparada à educação regular, mas ainda que silenciada, é uma modalidade que vem resistindo no cenário da educação pública (Sinpro-DF, 2019). Segundo Arroyo (2006), a EJA tem sido historicamente marginalizada no Brasil, recebendo menos investimentos e atenção em comparação com outras modalidades educacionais. Ainda em concordância com a marginalização dos discentes, Porto (2022) ressalta que a formação de docentes atuantes na modalidade envolve privações e negligências diante das contradições sociais vividas pelos estudantes da EJA.

Assim, estudos que focalizam esse público e a temática aqui em evidência podem trazer uma contribuição importante no que diz respeito à reflexão de políticas setoriais específicas. A abordagem de projetos de governo para alimentação na modalidade EJA se torna importante para que os/as estudantes tenham visibilidade, assim, seus direitos básicos e a permanência no ambiente escolar sejam defendidos.

A Educação para Jovens e Adultos trata-se de uma modalidade de ensino destinada às pessoas que não conseguiram ou tiveram a oportunidade de concluir a educação básica no período estipulado como adequado pela legislação brasileira e Ministério da Educação - MEC. A legislação prevê por meio da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), alterada pelas Leis nº 11.274/2006 e 12.061/2009, a obrigatoriedade do ensino fundamental e médio e universalização da educação gratuita dos 4 aos 17 anos (Brasil, 2006; 2009).

No que diz respeito especificamente à EJA, temos em 2007 a criação do Programa Brasil Alfabetizado, uma política pública destinada aos sujeitos Jovens e Adultos que foi criada por meio do decreto nº 6093/2007 (Brasil, 2007), cujo objetivo era o de aumentar a taxa de alfabetização no Brasil e torná-la universal. Apesar de todas as metas impostas pelo Plano Nacional de Ensino (PNE) para a melhoria do ensino e do desempenho dos/das docentes da EJA, tais metas e planos educacionais não consideram as dificuldades pessoais que podem ser levadas para dentro do ambiente escolar.

Ainda que a modalidade receba uma diversidade de sujeitos com as mais distintas realidades (PMF; SME; DEC, 2008), as dificuldades parecem ser muito mais facilmente constatadas quando pensamos nesse público na comparação com os estudantes da educação básica regular. Com estes pontos, deve-se citar que as verbas e a visibilidade de estudantes da EJA, limitadas e marginalizadas, podem afetar as perspectivas de ensino destes alunos em várias áreas do ensino. De acordo com Fialho e Amorim (2020), a fome desenfreada e a falta de políticas públicas interventivas impossibilitam o estabelecimento de um plano com vistas a um futuro melhor, assim evidenciando a importância de políticas públicas bem estruturadas, que não apenas forneçam soluções emergenciais, mas também criem condições para o desenvolvimento educacional sustentável.

Segundo Neves, Azevedo e Moreira (2016), a existência de políticas e iniciativas voltadas para a complementação da educação dos/das estudantes da EJA mostra que a educação no Brasil é excludente. Como resultado, os grupos de baixa renda, desfavorecidos, negros, pardos e birraciais são geralmente excluídos dos ideais educacionais que capacitam e transformam os indivíduos. Desse modo, o acesso à cultura da leitura e da escrita era considerado inútil para tais grupos (Brasil, 2000). Sabe-se que os aspectos sociais e econômicos estão entre os determinantes da vulnerabilidade alimentar, portanto, os/as alunos/alunas da EJA podem fazer parte dessa realidade. Logo, é de extrema importância humanizar, visibilizar e analisar os impactos da falta ou descumprimento das políticas públicas de alimentação as quais afetam a estância destes discentes na escola.

A abordagem desta temática não se limita apenas a trazer consciência sobre as políticas públicas voltadas à segurança alimentar da EJA, mas também mostrar a vulnerabilidade alimentar em que a sociedade brasileira se encontra para que essas realidades sejam elas vividas dentro ou fora da escola sejam reconhecidas pelas autoridades competentes. Assim sendo, a pesquisa buscou analisar por meio de análise qualitativa compreender as concepções do corpo escolar e dos/das discentes sobre a merenda escolar em uma escola pública.

ALIMENTAÇÃO

Após dois anos de pandemia, foi evidente o momento caótico ao qual nós, humanos, fomos expostos emocional e fisicamente. Assim, quando tivemos o controle da taxa de contaminação do coronavírus, os lockdowns e distanciamentos sociais foram se tornando um passado recente, mas que trouxeram consigo consequências e impactos causados por este momento histórico. O Brasil, que havia saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014 devido às estratégias de segurança alimentar e nutricional, passou a apresentar um agravamento desse cenário ao longo dos dois anos vividos diante da pandemia de COVID-19. Em 2022, no Brasil havia 33,1 milhões de pessoas que não tinham o que comer garantido. De acordo com o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19, as pesquisas apontam 14 milhões de novos/novas brasileiros/brasileiras que estão em situação de fome há um ano.

Conforme a edição mais recente de pesquisas realizadas pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022), 58,9% da população do Brasil convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave (fome). A insegurança alimentar não é apenas a falta de alimentos, mas também a substituição de alimentos saudáveis e ricos nutricionalmente por alimentos mais baratos, menos saudáveis e com menor valor nutricional (UFMG, 2021).

Contraditoriamente, o Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo e tem um importante papel em manter a segurança alimentar mundial. De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA, 2019), o Brasil é o maior exportador de carnes (bovina e de frango), soja em grão, açúcar, suco de laranja e café; também figurando entre os principais exportadores de algodão, milho, frutas, carne suína e produtos do setor florestal. O Brasil atende em dimensões de quantidade o mercado nacional e internacional, mas ainda assim, grande parte da população não tem acesso a uma alimentação digna e com alimentos básicos. A fome, obesidade, doenças relacionadas à má alimentação/nutrição e preços inacessíveis são condições de insegurança alimentar reforçadas nos últimos anos e impostas à sociedade brasileira há décadas.

A comida é de extrema importância no dia a dia de todos os seres vivos, os hábitos alimentares e saúde nutricional desempenham um papel igualmente importante, um papel primário desde antes do nascimento até a morte. Manter bons hábitos alimentares e uma nutrição apropriada, os quais forneçam todos os tipos de nutrientes, carboidratos, lipídios, proteínas, vitaminas e sais minerais pode prevenir, tratar e até mesmo retardar, início de doenças crônicas (Trivellato *et al.*, 2008). Diante destes fatos, é importante destacar que de acordo com a série Mesa Brasil SESC - Segurança Alimentar e Nutricional (Mesa Brasil, 2003), está cada vez mais difícil ter acesso a alimentos adequados ao consumo diário, logo é de extrema importância que os alimentos sejam aproveitados de modo adequado como fonte de nutrientes e não haja desperdícios.

POLÍTICAS PÚBLICAS ALIMENTARES NA EDUCAÇÃO

Levando em consideração os aspectos mencionados anteriormente, é considerável a intervenção de pesquisas e políticas públicas para que os/as discentes, independentemente de suas idades, tenham uma formação de dignidade e integridade pessoal, autoestima, respeito sobre seus corpos e compreensão da importância da saúde como um valor social (Brasil, 2001) e direito básico de todos/todas.

Para Lynn (1980) as políticas públicas são como um conjunto de medidas governamentais que geram efeitos específicos. Em harmonia com seus pensamentos, Peters (1998) enxerga nas atividades governamentais a totalidade das ações que delegam e impactam diretamente na vida do cidadão. Assim, Dye (1984) descreve de forma mais sucinta que as políticas públicas são decisões tomadas pelo governo sobre o que ele quer ou não fazer. No Brasil, as políticas públicas foram implementadas no final de 1990, evidenciado por debates sobre como as instituições estatais funcionam e os impactos que surgiram das relações governamentais, das burocracias e, assim, das implementações de políticas públicas (Dorsa, 2021).

Nesse sentido, foi criado em 1955 como política pública o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Também conhecido como merenda escolar, tal programa vem sendo aprimorado com o passar dos anos, cujo objetivo maior é garantir a segurança e a qualidade alimentar de vários estudantes da rede pública de educação básica. O PNAE foi assegurado pela constituição de 1988 e é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o qual dispõe de recursos financeiros para garantir enquanto em ambiente escolar, o aporte das necessidades nutricionais dos e das estudantes de escolas públicas de todos os 26 estados do Brasil e o Distrito Federal.

Já no início dos anos 2000, foi criado o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que era composto por representantes escolares (pais de alunos/alunas, estudantes, civis e trabalhadores da educação) e tinha intuito de fiscalizar a aplicação do PNAE nas escolas públicas brasileiras. Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e da Educação de Jovens e Adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Outra mudança importante foi a inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos/alunas que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, para os da Educação

de Jovens e Adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral (Brasil, 2013).

O Programa tem sua origem no início da década de 40, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação escolar. Entretanto, não foi possível concretizá-la, por indisponibilidade de recursos financeiros. Na década de 50, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. [...] O Pnae é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO e com o Programa Mundial de Alimentos – PMA, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. [...] (Brasil, 2013, p. 2).

O PNAE é a política escolar alimentar afirmativa mais importante do Brasil, pois garante a alimentação de milhares de discentes dentro do ambiente escolar em todo o território nacional. De acordo com Cassol (2019), o PNAE representa uma política pública que garante saúde nutricional e hábitos alimentares saudáveis entre as/os estudantes da rede pública, já que ao longo dos anos o Programa teve sua estrutura e gestão reformulados, assim, passando a ser exigida a designação de um Nutricionista Responsável Técnico para que sejam elaborados cardápios que saciem a necessidades nutricionais de cada aluno/aluna, respeitando as orientações do Ministério da Saúde sobre a promoção a saúde por meio da alimentação.

No Distrito Federal os/as estudantes são contemplados com o Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE-DF), o qual garante o direito de acesso a alimentação saudável e de qualidade nas escolas de Brasília e no entorno. Segundo o site da Secretaria de Estado de Educação, DF (2024), foi criado o Fórum permanente sobre Alimentação Saudável nas Escolas, o qual é destinado para implementação de ações para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar das redes públicas e privadas do DF. O Fórum criado tem caráter intersetorial, o qual é formado por representantes do governo, sociedade civil e coordenado pela SEEDF.

Josué de Castro, médico, nutrólogo, cientista social, escritor, ativista brasileiro que dedicou sua vida ao combate à fome, em 1939, escrevendo trabalhos sobre o tema destaca que o Programa Nacional de Alimentação Escolar é um elemento essencial para a luta contra a fome e subnutrição. O estabelecimento desse Programa, segundo ele, permitiria racionalizar os programas de alimentação escolar já existentes e estendê-los a todo o país, dando-lhes orientação técnica e assistência econômica. Além da suplementação alimentar, a alimentação serviria para desenvolvimento de atividades educacionais (Castro, 1980).

Assim, a investigação de políticas afirmativas para a alimentação dos/das estudantes da Educação de Jovens e Adultos é grande, uma vez ligada à garantia dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, que estabelece a alimentação como um direito básico e inalienável de todo cidadão brasileiro.

Diante disso, essa pesquisa visa contribuir para a efetivação desses direitos, a promoção do acesso à alimentação escolar prevista pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e promover a igualdade de oportunidades educacional de jovens e adultos.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A escola pesquisada foi um Centro de Ensino Fundamental, localizada na cidade de Samambaia-DF, a qual foi fundada há mais 30 anos, tendo como objetivo atender a carência e necessidades da comunidade local, mostrando-se uma aliada da comunidade em suas lutas e anseios. A escola atende estudantes do 1º e 2º blocos do 3º ciclo, equivalentes aos 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental dos anos finais; Educação de Jovens e Adultos (EJA) dos 3º segmentos (1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio); Ensino Especial e Ensino Integral.

De acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico), no ano de 2018 a escola era contemplada com 1.725 discentes matriculados nas diferentes modalidades de ensino que são oferecidas, distribuídos na seguinte disposição:

- **Turno Matutino:**

6º e 9º ano: 540 discentes;

Ensino Especial: 32 discentes.

- **Turno Vespertino:**

7º e 8º ano: 491 discentes.

(Os alunos do turno diurno participam de atividades e desenvolvimento de projetos na Educação Integral.)

- **Turno Noturno:**

EJA (3º Segmento): 662 discentes.

Contando com um corpo profissional de 99 docentes, os quais entre professores na ativa e readaptados estão também, membros de direção, supervisores pedagógicos; coordenadores,

orientadores e assistentes, sem contar os monitores que auxiliam no reforço escolar em horário contrário; e estagiários que, às vezes, são estudantes egressos, cursando do 3º (terceiro) grau, Universidade/ Faculdades no Distrito Federal e que aportam novamente na Comunidade Escolar, contribuindo com os seus novos conhecimentos, para a melhoria e transformação da realidade dentro do ambiente escolar.

Para atender de forma adequada a comunidade escolar, a escola possui uma estrutura física que é composta por:

- 17 salas de aula;
- 2 salas de aulas - As quais são destinadas ao Ensino Especial;
- 2 salas - As quais são destinadas às atividades da Educação Integral;
- Secretária;
- Sala de Orientação Educacional - A qual tem objetivo de atender discentes ANEEs e com transtornos funcionais;
- Sala dos professores - Contém no seu interior copa e banheiros;
- Direção - Contém antessala para o atendimento de alunos (as), pais e responsáveis;
- Supervisão Pedagógica;
- Sala de Leitura - Possui um rico acervo de livros de literatura, paradidáticos e didáticos;
- Sala de Multimídia;
- Sala de Mecanografia;
- Coordenação Pedagógica de Professores;
- Apoio administrativo - Destinada ao atendimento de professores e servidores da escola;
- Apoio Tecnológico - Destinada aos discentes que não possuem acesso à Internet em suas casas (há profissionais designados para ajudar os alunos/as alunas no ambiente);
- Banheiros (femininos e masculinos);
- Lanchonete particular;
- Sala de Rádio;
- Sala dos servidores auxiliares da Educação;
- Sala de depósito de material de limpeza;
- Banheiro dos auxiliares;
- Cozinha/Dispensa;
- Galpão para coleta e reciclagem - Destinado apenas para resíduos produzidos na escola;

- 2 Quadras de esporte - 1 coberta e 1 sem cobertura.

A escola por sua vez atende alunos e alunas, os quais, vivenciam diferentes realidades dentro e fora do ambiente escolar e tais vivências podem refletir em sua estadia na escola, principalmente, no turno noturno (EJA) onde os/as discentes estão vivendo realidades de estudo e trabalho. De acordo com o PPP, constatou-se que o maior desafio na Educação de Jovens e Adultos é o alto índice de evasão, ocasionado principalmente porque os alunos têm como finalidade ao se matricularem apenas a conquista do diploma.

METODOLOGIA

A utilização da perspectiva qualitativa de pesquisa foi importante para a análise e investigação das políticas públicas de alimentação dentro da modalidade EJA. Na pesquisa desse tema caracterizou-se essencial para a perspectiva qualitativa a investigação do fenômeno por parte de quem os vive (Sampieri, Collado, Lucio, 2013).

Concordando com esta ideia, Diez e Horn (2011, p. 22) afirmam que “[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de seu objeto”. Considerou-se que a modalidade do tema de pesquisa proposto demanda uma investigação profunda do contexto político, histórico e social, sendo assim, essencial a compreensão de elementos que adentram a alimentação escolar e a própria Educação de Jovens e Adultos

A primeira etapa da pesquisa teve como objetivo analisar uma escola pública específica para investigar como as políticas públicas saem do papel e são colocadas em prática, por meio de entrevistas guiadas com merendeiras e coordenadores da EJA. Numa segunda etapa de pesquisa outras entrevistas ocorreram com os/as próprios/próprias discentes da modalidade. De acordo com Batista, Matos e Nascimento (2017, p. 24) “A entrevista como coleta de dados sobre um determinado fenômeno é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Por meio dela os pesquisadores buscam coletar dados objetivos e subjetivos. Considera-se a entrevista como uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas.” Assim, a terceira etapa da pesquisa, é a análise das respostas, a veemência do PNAE e se os direitos básicos previsto pela Constituição Federal de 1988 estão alcançando os/as discentes da modalidade.

A pesquisa foi realizada com 2 coordenadores, 3 merendeiras e 20 estudantes EJA de diferentes anos do 3º segmento. Os quais foram divididos em dois grupos: Coordenadores e

merendeiras (Grupo 1) e estudantes (Grupo 2), onde o grupo 1 respondeu perguntas sobre a logística da merenda e sobre as concepções acerca da merenda escolar na EJA e o grupo 2 respondeu perguntas sobre as concepções acerca da merenda escolar. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas, contendo questões abertas, as quais os/as entrevistados/entrevistadas tiveram liberdade para elaborar suas próprias respostas. A entrevista tratou das concepções dos entrevistados sobre a merenda escolar, questões de logística e a importância da merenda para os/as estudantes da EJA, inclusive aqueles/aquelas que mesmo com merenda não se alimentam nas escolas.

De posse do questionário aplicado aos entrevistados e após várias leituras, seguimos a proposta de Lüdke e André (1986), em que as respostas passaram por uma análise categorial. A categorização no processo de pesquisa é uma técnica fundamental para organização e interpretação dos dados de forma sistemática. Assim, após as entrevistas e durante a análise as respostas foram divididas em três categorias: ‘Favoráveis com a execução do PNAE’, ‘Desfavoráveis com a execução do PNAE’ e ‘Concepções acerca da merenda escolar na EJA’.

PERGUNTAS

Coordenação/Merendeiras

1. Há estoque de comida? Acaso sim, quais os principais alimentos?
2. Ocorre o atraso na entrega dos mantimentos por parte do governo? Se sim, com que frequência? E como são resolvidos estes problemas de falta de recursos?
3. O que é feito quando há atraso ou falta de mantimentos para que os/as estudantes possam jantar?
4. As merendeiras têm todos os recursos necessários para fazerem a comida?
5. Os produtos são de boa qualidade?
6. É possível servir diferentes cardápios com o que é entregue pelo GDF?
7. Sempre é possível servir frutas, verduras e proteínas?
8. Com que frequência são entregues os alimentos?
9. Como esses mantimentos são guardados? Há espaço suficiente para que eles sejam guardados em boas condições?
10. Como a merenda escolar beneficia os/as estudantes da EJA?
11. Como se percebe o impacto da alimentação escolar na frequência dos/das estudantes da EJA?

12. A alimentação escolar tem sido suficiente para suprir as necessidades nutricionais dos/das estudantes da EJA?

Estudantes

13. Qual a importância da merenda escolar para você?

14. A merenda escolar é importante para uma grande maioria dos/das alunos/alunas da EJA? Por quê?

15. A comida servida sempre é suficiente para todos?

16. A comida servida atende todas suas necessidades?

17. Você acha que a merenda escolar contribui para que os/as estudantes permaneçam na escola?

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A escola pesquisada foi um Centro de Ensino Fundamental, localizada na cidade de Samambaia-DF, a qual foi fundada há 30 anos, tendo como objetivo atender a carência e necessidades da comunidade local, mostrando-se uma aliada da comunidade em suas lutas e anseios. A escola atende estudantes do 1º e 2º blocos do 3º ciclo, equivalentes aos 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental dos anos finais; Educação de Jovens e Adultos (EJA) dos 3º segmentos (1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio); Ensino Especial e Ensino Integral.

De acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico), no ano de 2018 a escola era contemplada com 1.725 discentes matriculados nas diferentes modalidades de ensino que são oferecidas, distribuídos na seguinte disposição:

- **Turno Matutino:**

6º e 9º ano: 540 discentes;

Ensino Especial: 32 discentes.

- **Turno Vespertino:**

7º e 8º ano: 491 discentes.

(Os alunos do turno diurno participam de atividades e desenvolvimento de projetos na Educação Integral.)

- **Turno Noturno:**

EJA (3º Segmento): 662 discentes.

Contando com um corpo profissional de 99 docentes, os quais entre professores na ativa e readaptados estão também, membros de direção, supervisores pedagógicos; coordenadores, orientadores e assistentes, sem contar os monitores que auxiliam no reforço escolar em horário contrário; e estagiários que, às vezes, são estudantes egressos, cursando do 3º (terceiro) grau, Universidade/ Faculdades no Distrito Federal e que aportam novamente na Comunidade Escolar, contribuindo com os seus novos conhecimentos, para a melhoria e transformação da realidade dentro do ambiente escolar.

Para atender de forma adequada a comunidade escolar, a escola possui uma estrutura física que é composta por:

- 17 salas de aula;
- 2 salas de aulas - As quais são destinadas ao Ensino Especial;
- 2 salas - As quais são destinadas às atividades da Educação Integral;
- Secretária;
- Sala de Orientação Educacional - A qual tem objetivo de atender discentes ANEEs e com transtornos funcionais;
- Sala dos professores - Contém no seu interior copa e banheiros;
- Direção - Contém antessala para o atendimento de alunos (as), pais e responsáveis;
- Supervisão Pedagógica;
- Sala de Leitura - Possui um rico acervo de livros de literatura, paradidáticos e didáticos;
- Sala de Multimídia;
- Sala de Mecanografia;
- Coordenação Pedagógica de Professores;
- Apoio administrativo - Destinada ao atendimento de professores e servidores da escola;
- Apoio Tecnológico - Destinada aos discentes que não possuem acesso à Internet em suas casas (há profissionais designados para ajudar os alunos/as alunas no ambiente);
- Banheiros (femininos e masculinos);
- Lanchonete particular;
- Sala de Rádio;
- Sala dos servidores auxiliares da Educação;

- Sala de depósito de material de limpeza;
- Banheiro dos auxiliares;
- Cozinha/Dispensa;
- Galpão para coleta e reciclagem - Destinado apenas para resíduos produzidos na escola;
- 2 Quadras de esporte - 1 coberta e 1 sem cobertura.

A escola por sua vez atende alunos e alunas, os quais, vivenciam diferentes realidades dentro e fora do ambiente escolar e tais vivências podem refletir em sua estadia na escola, principalmente, no turno noturno (EJA) onde os/as discentes estão vivendo realidades de estudo e trabalho. De acordo com o PPP, constatou-se que o maior desafio na Educação de Jovens e Adultos é o alto índice de evasão, ocasionado principalmente porque os alunos têm como finalidade ao se matricularem apenas a conquista do diploma.

ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

A análise da dados constituiu-se de acordo com as respostas dadas pelos/pelas 25 entrevistados/entrevistadas, os quais tiveram oportunidades de expressar suas opiniões sobre a merenda escolar e sua importância para esta dentro da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Assim, as respostas foram divididas em três categorias: ‘favoráveis com a execução do PNAE’, ‘desfavoráveis com a execução do PNAE’ e ‘concepções acerca da merenda escolar na EJA’.

As categorias relacionadas a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar estão associadas às perguntas de logísticas com a merenda escolar que ocorre dentro das escolas que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Já a categoria ‘concepções acerca da merenda escolar na EJA’ é associada às perguntas onde os/as entrevistados/entrevistadas dão suas opiniões, suposições e impressões sobre a importância da alimentação escolar para os/as discentes da EJA. As respostas para o questionário foram divididas em subcategorias “positivas” e “negativas”, assim foram feitos cálculos de média das respostas para que fossem apresentadas as porcentagens das categorias designada.

A categoria ‘favoráveis com a execução do PNAE’ levou em consideração as respostas positivas sobre o funcionamento da logística da merenda escolar, assim obtendo o êxito de 100% de respostas. Todas as três merendeiras entrevistadas afirmam que a PNAE é cumprida com excelência durante o um ano em que elas estão atuando como merendeiras na escola e no ano o qual ocorreu a

pesquisa, os coordenadores, por sua vez, confirmam que no ano da pesquisa o Programa vem sendo cumprido com excelência.

Assim, confirmando a veemência do PNAE em grande parte das conformidades propostas pelo programa, as quais contribuem para o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, a diminuição da evasão, o rendimento e para a formação de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo com a segurança alimentar e com as necessidades nutricionais durante o período letivo. Sendo assim, também corroborando com a Constituição Federal de 1988, a qual no Art. 208, inciso VII garante o “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Brasil, 1988). Segue alguns exemplos da verificação:

- *“Nunca faltou o GDF entrega o que vem para ser usado na semana.” (Merendeira 1)*
- *“Os alimentos são armazenados empilhados nas prateleiras da despensa (não perecíveis), as carnes são armazenadas no freezer e o local da despensa possui ar-condicionado.” (Merendeira 3)*
- *“Já ocorreu (atraso), mas ultimamente nunca mais.” (Coordenador)*
- *“Sim (é possível servir diferentes cardápios), por causa da entrega semanal e do cardápio feito pelos nutricionistas” (Coordenador)*

A categoria ‘desfavoráveis com a execução do PNAE’ considerou as respostas negativas sobre a logística, adentrando o descumprimento do Programa que no ano da pesquisa não ocorreu. Levando em consideração que todas as respostas negativas se deram por descumprimento do PNAE em anos anteriores, assim sendo importante destacar que a excelência da execução do PNAE no ano em que a pesquisa foi feita.

Por sua vez, todas as respostas da categoria foram dadas pelos coordenadores do turno noturno, responsáveis pela EJA. De acordo com o “Manual de alimentação do GDF” disponível no site da SEEDF (2021), é permitida a realização de pedidos extras e cancelamento de entrega de gêneros alimentícios, para que sejam evitados desperdícios ou falta de alimentos, mas que foram classificados como “processos burocráticos” pelos/pelas entrevistados/entrevistadas, assim sendo viável tirar dinheiro da “caixinha de arrecadações” da escola que conta com o dinheiro de eventos escolares que a população da cidade participa ou a troca de alimentos entre as escolas da mesma região administrativa (RA) conforme exemplificam os trechos abaixo:

- “[...] Há um “fundo merenda”, o qual é adquirido com o dinheiro recebido durante eventos que ocorrem na escola, por exemplo: festa junina, dia do cachorro-quente ou dia do picolé. Há também um grupo de WhatsApp feito pela regional, onde todas as escolas da cidade participam e podem trocar alimentos entre si quando necessário” (Coordenador)
- “Quando ocorre (o atraso na entrega dos mantimentos para a merenda), os alunos vão embora por si só porque alguns só vem pelo lanche. Na EJA 2º segmento é frequente a presença de mães que levam seus filhos para merendar na escola, pois é uma oportunidade de vir à escola e ainda assim alimentar suas necessidades básicas e de seus dependentes. Nunca negamos, pois não sabemos o que se passa na casa de muitos deles, então todos são bem-vindos para lanchar nas escolas” (Coordenadora)

Já a categoria ‘concepções acerca da merenda escolar na EJA’ obteve-se aproximadamente 98,5% de respostas positivas. Onde, vinte dois dos/das entrevistados/entrevistadas quando questionados sobre a importância da merenda escolar para EJA e se há alguma correlação entre a merenda e a diminuição na evasão afirmaram que “sim” que a merenda é de extrema importância para a modalidade e que contribui para diminuição na evasão escolar. Apenas três dos/das entrevistados/entrevistadas afirmaram que a merenda não altera os índices de evasão escolar. Evidenciados nos seguintes trechos:

- “Não (impacta a frequência dos/das estudantes). Nunca passamos pela situação, mas eles vêm mais cedo só pelo lanche.” (Merendeira 3)
- “A merenda é o chamarisco para a EJA, ela chama os estudantes para escola. Antes eles ao saírem do trabalho precisavam ir para casa jantar e porque iam para casa, desistiam de vir à escola. E, o fato da merenda ser um jantar reforçado e não um “lanchinho” já chama mais atenção deles. Porque acaso fosse, por exemplo, leite com biscoito, tem gente que não come biscoito e tem gente que não toma leite.” (Coordenador)
- “No dia que não tem lanche eles mesmos se liberam mais cedo. Então a alimentação tem impacto direto na frequência. Tem aluno que só vem pra lanchar” (Coordenadora)
- “É importante porque a gente chega do serviço e muitas das vezes não dá tempo de passar em casa e comer alguma coisa. Se é importante pra mim é importante pra eles também.” (Aluna 11)

Faria (2007), denuncia a importância da merenda escolar na EJA, a qual na falta contribui para evasão dos/das estudantes, pois são trabalhadores que nem sempre conseguem tempo para ir em casa se alimentar após um dia de trabalho, além das condições socioeconômicas que se encontram muitos/muitas alunos/alunas da modalidade, assim, não havendo condições financeiras de adquirir

um lanche que serviria como substituto do jantar. Assim, foi analisado que a merenda escolar tem uma grande importância e contribuição para a melhora na educação, estadia e formação dos/das estudantes da EJA, para que após inseridos novamente no ambiente escolar tenham oportunidades iguais (Brasil, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as políticas afirmativas dentro da modalidade EJA revelou a importância da merenda escolar para os/as discentes da modalidade. Ao longo desta pesquisa, foi explorado não apenas o ambiente escolar, mas às vivências escolares e as perspectivas pessoais dos/das entrevistados/entrevistadas. Os resultados desta pesquisa evidenciaram a importância das políticas públicas alimentares dentro do contexto da modalidade e a veemência da execução da política pública de alimentação escolar mais importante do Brasil, o PNAE. Foi observado que o PNAE e o Art. 208 da Constituição Federal de 1988 vêm sendo executados com excelência no ano da pesquisa, apesar de também ser demonstrado que em anos anteriores da pesquisa, o Programa Nacional de Alimentação Escolar não teve êxito em sua execução.

Observa-se a solidariedade existente entre algumas escolas para que nunca falte alimentos para os/as alunos/alunas, a importância dos eventos escolares que tem a participação da comunidade para a renda extra das escolas públicas e a empatia e fraternidade entre os/as discentes da EJA que mesmo quando não se alimentam da merenda escolar oferecida, acham ela de extrema importância para toda a modalidade, pois grande parte dos/das estudantes se alimentam no ambiente escolar. Fica evidente, também, a importância social da merenda escolar para todos/todas estudantes da rede pública contribuindo para o desenvolvimento biopsicossocial, para aprendizagem, diminuição da evasão, o rendimento e para a segurança alimentar dentro do ambiente escolar.

Destaca-se também, a ausência de atrasos na entrega dos alimentos ou na disfuncionalidade do PNAE no ano de 2024, assim sendo necessário considerar que em 2023 o governo federal concedeu ao Distrito Federal o maior reajuste do país para as merendas escolares nas redes públicas da capital do Brasil. Em 2023, o DF recebeu R\$61,4 milhões por meio do PNAE, o que representar um aumento de 50,4% no valor total repassado à rede pública de ensino do Distrito Federal em 2022. (Sinpro-DF, 2023).

Posto isso, é importante a supervisão contínua das políticas afirmativas de alimentação dentro do âmbito escolar. Para que, assim, sejam apresentadas novas propostas de políticas públicas que assistam de maneira melhor todos os/as discentes da educação pública em todas as estâncias, de modo

a permitir a dignidade pessoal, a segurança alimentar e a educação com oportunidades igualitárias dentro de todas as modalidades de ensino. Sendo importante a revisão constante dos reajustes da merenda escolar nas redes públicas de todo o país, de forma a permitir que todos/todas estudantes da rede pública de ensino do Brasil possam ter a garantia da segurança alimentar, da refeição saudável e equilibrada dentro do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. (2006). **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: Gentili, P., & Silva, V. M. (Orgs.), *EJA: Educação de Jovens e Adultos* (pp. 17-34). São Paulo: Cortez, 2006.

BATISTA, E. C. MATOS, L. A. L. NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v.11, n.3, p.23-38, TRI III, 2017. ISSN 1980- 7031.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>>. Acesso em: 30 de março de 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Altera os arts. 6º, 208, 211 e 212 da Constituição Federal, dispondo sobre a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, o regime de colaboração, a distribuição de recursos públicos e outros temas**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 nov. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 29 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. **Parecer nº 11/2000, de 10 de maio de 2000**. Brasília: [s.n.], 2000.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde, temas transversais**. Brasília: SEF, 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Brasília: [s.n.], 2006.

BRASIL. **Planalto. Decreto nº 6093, de 24 de abril de 2007.** Brasília: [s.n.], 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Brasília: [s.n.], 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 11.947/2009, que estabelece o atendimento da alimentação escolar.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 maio de 2020.

BRASIL. **Planalto. Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009.** Brasília: [s.n.], 2009.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.** Brasília: [s.n.], 2013.

CARLA, M. **Governo Lula concede ao DF maior reajuste do País para merenda escolar.** SINPRO-DF, 2023. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/governo-lula-concede-ao-df-maior-reajuste-do-pais-para-merenda-escolar/>>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

CASTRO, A. C. **EJA e a resistência: silenciamento, desmonte e ausência das políticas públicas.** SINPRO-DF, 2019. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/eja-e-a-resistencia-silenciamento-desmonte-e-ausencias-das-politicas-publicas/>> Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço.** 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Antares; Achiamé, 1980. 361 p. (Clássicos das ciências sociais no Brasil).

CASSOL, B. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a agricultura familiar no município de Guaraniaçu, no período de 2003-2015: um estudo de caso,** Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2019.

DIEZ, C. L. F.; HORN, G. B. **Orientações para elaboração de projetos e monografias.** 3. ed. Curitiba: Vozes, 2011.

DORSA, C. A. **O papel das políticas públicas no Brasil: reflexões necessárias.** Interações. v. 22, n. 2, 2021.

DYE, Thomas D. **Understanding Public policy.** Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.

FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Insegurança alimentar cresce no país e aumenta vulnerabilidade à COVID-19**, 2021. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/inseguranca-alimentar-cresce-no-pais-e-aumenta-vulnerabilidade-a-covid-19/>> Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

FLORIANÓPOLIS. **Conselho Municipal de Educação. Resolução n. 2 de 13 de dezembro de 2010. Estabelece Normas Operacionais Complementares em conformidade com o Parecer CNE/CEB nº 06/2010, Resoluções CNE/CEB nº 02/2010 e nº 04/2010, que instituem as Diretrizes Gerais e Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_05_2012_9.07.54.4dd7c915407c29618e1ac0d2900ba463.pdf>. Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

FARIA, F. S. **A Oferta da Merenda Escolar na Escola Municipal David Ferreira, em Jataí – Go e a Permanência na EJA.** Goiás: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2007.

FIALHO, F. M. L.; AMORIM, C. B. J. Abandono escolar, pobreza e fome: biografia de um jovem negligenciado, **Linhas Críticas**, Revista da Faculdade de Educação UnB, v. 26, *ahead of print*, 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de Estado de Educação. Manual da Alimentação Escolar do Distrito Federal.** Brasília: Secretaria de Estado de Educação, 2011. Disponível em: <<http://www.educacao.df.gov.br>>. Acesso em: 3 junho 2024.

LYNN, L. E. **Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis.** Santa Monica: Goodyear., 1980.

LUDKE M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MESA BRASIL. SESC. **Aproveitamento integral dos alimentos.** Departamento Nacional, 2003. Disponível em: <<https://portaldev.sesc.com.br/mesabrasil/omesabrasil.html#:~:text=Trata%2Dse%20essencialment e%20de%20um,sobra%20e%20entrega%20onde%20falta.>> Acesso em: 7 de fevereiro de 2023.

NEVES, M. F. I; AZEVEDO, P. A. E; MOREIRA, F. C. D; **A avaliação da insegurança alimentar e nutricional em alunos da Educação de Jovens e Adultos de uma escola pública de Varginha, MG.** Revista da Avaliação do Educação Superior, 2016.

PETERS, B. G. Review: understanding governance: policy Networks, governance, reflexivity and accountability by R. W. Rhodes. **Public Administration**, v. 76, p. 408-509, 1998.

PORTO, F. S. **A Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial De Professores De Ciências Naturais.** Universidade de Brasília, 2022.

REDE PENSSAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19**. Disponível em: <<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

SA, I. R.; SILVA, E. M;. **Marcas da Exclusão e Educação de Jovens e Adultos**. Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe, 2021.

SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento EJA**, 2013. Disponível em: <<https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-curriculo-em-movimento/>>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2023.

SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Apoio às Políticas Educacionais – Secretaria de Estado de Educação**. Disponível em: <<https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/08/Regimento-SEEDF-COMPLETO-FINAL.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Alimentação Escolar – Secretaria de Estado de Educação**. Disponível em: <<https://www.educacao.df.gov.br>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

TRIVELLATO, J.; TRIVELLATO, S.; MOTOKANE, M. **Ciências naturais & Cotidiano 8º ano**. São Paulo: FTD, 2008.

USDA. **United States Department of Agriculture. Animal and Plant Health Inspection Service**. Disponível em: <<https://www.aphis.usda.gov/aphis/home/>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

USDA. **United States Department of Agriculture. Foreign Agricultural Service. GATS – Global Agricultural Trade System**. 2019. Disponível em: <<https://www.fas.usda.gov/data.>> Acesso em: 31 de janeiro de 2023.